



## **IX Conferência Estadual do Sind-UTE/MG**

**Por Uma Educação Humanizadora -  
Educação é direito, não mercadoria!**

Nos dias 20 e 21 de setembro realizamos a IX Conferência de Educação do Sind-UTE/MG, que culminou um ciclo de debates iniciado em março deste ano.

A estrutura montada para o encontro foi palco de intensos debates, homenagens e solidariedade de classe dos cerca de 1000 delegados(as) de todo o estado que vieram a BH discutir propostas da categoria para o fortalecimento da escola pública.

**“** A escola que defendemos - e que temos a tarefa histórica de reconstruir - se ergue sobre os pilares da autonomia, da democracia, da justiça social e da organização coletiva, orientada para a formação humanizadora de toda a sociedade. **”**

Com o tema “Por Uma Educação Humanizadora”, a conferência serviu tanto para denunciar o avanço do modelo mercantil sobre a educação quanto para reafirmar o projeto que defendemos: uma escola que respeite a diversidade, promova pluralidade de ideias e fortaleça a democracia.

## DESTAQUES DO DEBATE

Nos dois dias da conferência, delegados e delegadas participaram ativamente na construção de propostas que apontam para a educação que queremos, demonstrando que essa defesa não é abstrata: está ancorada em conceitos e em conquistas forjados no protagonismo da categoria, na luta cotidiana e na construção da nossa organização sindical.

Nesse sentido, as mesas de debates nos indicaram caminhos convergentes: ligar teoria à prática, defender a escola como direito e construir estratégias organizadas de mobilização e política pública que protejam profissionais, ampliem formação e consolidem a educação humanizadora como projeto coletivo.



## EDUCAÇÃO HUMANIZADORA: FUNDAMENTOS E DESAFIOS



“*A escola pública é território de liberdade e transformação.*”

*Fátima Silva (CNTE)*



“*Cada conquista individual abre caminho para a coletividade.*”

*Analise da Silva (UFMG)*



A primeira mesa de debates da conferência articulou poesia, teoria crítica e luta política. Mostrou que a educação humanizadora é prática de liberdade, democracia e justiça social, contraposta ao projeto mercantil que ameaça a escola pública.

## A DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA FRENTE AO AVANÇO DO PROJETO NEOLIBERAL



**“A militarização não é solução: é sintoma de um projeto autoritário.”**

*Catarina de Almeida (UnB)*

A segunda mesa diagnosticou os principais vetores do ataque à educação pública – mercantilização, militarização e plataformização – e ressaltou a necessidade de resposta coletiva. Propôs como eixos de resistência a valorização do trabalho docente, o fortalecimento do financiamento público e a construção de alternativas coletivas de gestão e currículo que preservem a escola como bem público e espaço de convivência democrática.

## CURRÍCULO, DIREITOS HUMANOS E VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS



**“O currículo escolar pode ser tanto espaço de reprodução de preconceitos quanto de transformação social.”**

*Mônica Amorim (Unimontes)*



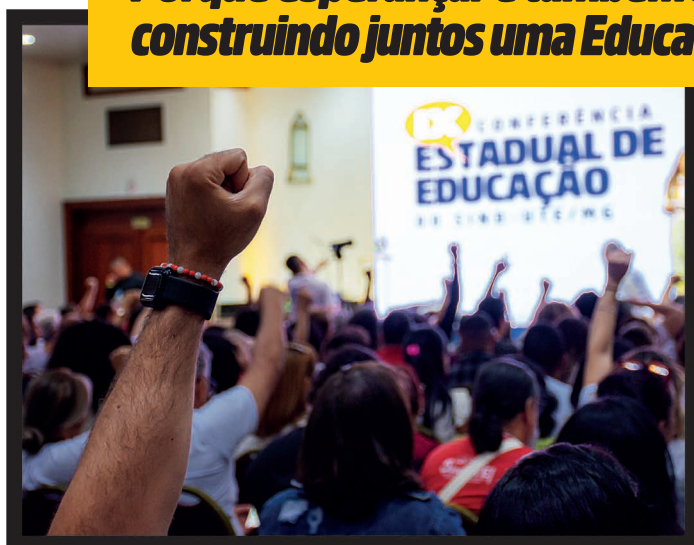
A terceira mesa destacou o currículo como campo de disputa entre reprodução de preconceitos e transformação social e assinalou que garantir direitos humanos no currículo é requisito para uma educação democrática, inclusiva e efetivamente transformadora.

## PLANTAR HOJE PARA COLHER AMANHÃ: SOBERANIA E EDUCAÇÃO



O primeiro dia da IX Conferência Estadual de Educação foi marcado por um momento de mística que resgatou e homenageou a trajetória histórica do sindicato, lembrando que as conquistas verdadeiras não são frutos do acaso, mas da coragem, da organização coletiva e do compromisso ético que, ao longo dos anos, têm orientado cada passo da luta em defesa da escola pública.

## Porque esperar é também semear hoje, sigamos construindo juntos uma Educação Humanizadora!



A defesa da educação enquanto direito exige também a defesa das condições materiais e institucionais que viabilizam o trabalho pedagógico. Em linguagem direta, reafirmamos: garantir educação de qualidade implica garantir carreira, remuneração, jornada compatível e proteção social aos trabalhadores da escola.

Com a realização dos painéis temáticos, o encontro se abriu para múltiplos olhares sobre os desafios da educação. Aprofundando os debates, os grupos discutiram:

- Educar na diversidade, reafirmando que humanizar é viver sem preconceito.
- Emergência climática, destacando o papel da educação na ação pelo planeta.
- Educação popular, como caminho para a transformação

social.

- Educação do campo, valorizando saberes, resistência e futuro sustentável.
  - Inteligência artificial, com foco nos desafios éticos para a educação.
  - Escola viva é escola sem medo, defendendo segurança e acolhimento na perspectiva da educação humanizadora.
  - FUNDEB em disputa, refletindo sobre financiamento e futuro da educação pública.
  - Educação e juventude, trazendo os desafios e esperanças das novas gerações.
  - Educação antirracista, fundamentalismo e classe, em um debate necessário e urgente.
- O conjunto dessas discussões evidenciou a riqueza e a diversidade de perspectivas que compõem a luta pela educação pública, democrática e inclusiva.



A IX Conferência não ficou apenas no diagnóstico: aprovou diretrizes objetivas — formação continuada pautada nas necessidades reais da sala de aula, valorização profissional e fortalecimento da escola pública. Essas medidas formam um conjunto articulado de ações capazes de reverter a deriva mercantil e restituir à escola sua função pública.

Ainda, considerando que converter deliberações em políticas públicas exige organização e mobilização social, a conferência aprovou a Carta ao Povo Mineiro, documento que convoca a sociedade a somar forças na defesa da escola pública, articulando trabalhadores, estudantes, famílias e movimentos sociais.

**Defender a educação humanizadora implica disputar uma concepção de Estado: rejeitar a desresponsabilização neoliberal que transfere recursos para o mercado e reafirmar o dever público de garantir o acesso aos direitos fundamentais.**

**Leia a carta, na íntegra!**



# Ciranda Infantil



## **Território de afeto, acolhida e descobertas**

Enquanto educadoras e educadores debatiam os rumos de uma "educação humanizadora" na IX Conferência Estadual de Educação do Sind-UTE/MG, um espaço igualmente potente e transformador pulsava em sintonia: a Ciranda Infantil. Um espaço político-pedagógico, que garante o direito à participação das famílias e, sobretudo, das aproximadamente 40 crianças presentes.

Em um ambiente cuidadosamente preparado, as crianças foram recebidas como sujeitos de direitos — com o direito inalienável de brincar, criar e conhecer a sua própria história.

A dedicação das educadoras e da direção, demonstrou na prática o compromisso do Sind-UTE/MG com uma pauta que une a defesa

da educação pública à valorização da infância e à necessária divisão de responsabilidades. Afinal, a luta por uma educação humanizadora começa com gestos concretos de humanização e acolher as crianças, ouvindo suas risadas e garantindo seu espaço, é o gesto humano e revolucionário.

Nas mentes e corações das crianças, fica a semente de que o sindicato também é seu lugar, sua casa. E que a luta por um futuro melhor se faz com união, brincadeira e a certeza de que cada um, desde pequeno, tem um papel importante nessa história.

"Achei a ciranda muito significante para as crianças, nós nos sentimos muito bem. Os lanches, as brincadeiras, o que aprendemos, o passeio, foi muito bom!" Juan Lopes, 12 anos



## TERCEIRIZAÇÃO NÃO: ASBs NÃO SÃO DESCARTÁVEIS!



“Reformar a escola não basta se quem cuida for desrespeitado. Terceirização é questão política.” Esny Correa - ASB

A proposta de terceirização proposta pelo governo Zema ameaça mais de 30 mil profissionais da Educação, em Minas; trata-se de um ataque à estrutura da escola pública e ao direito à educação, na medida em que busca transferir para a iniciativa privada responsabilidades que são do Estado. Essa lógica reduz a educação a item de gestão e lucro, fragiliza vínculos de trabalho e precariza condições que são fundamentais para a oferta de um ensino de qualidade. Defender a educação como direito exige, antes de tudo, valorizar quem faz a escola funcionar – condição mínima para uma educação que transforma, humaniza e inclui.

A terceirização prevista representa risco real: demissões em massa, queda salarial, aumento de jornadas, perda de proteções como o IPSEMG e substituição do vínculo público por contratos privados. Essas consequências não são abstratas; atravessam a vida cotidiana de milhares de trabalhadoras e trabalhadores que, depois de anos de serviço, dependem desse emprego para sustentar suas famílias.



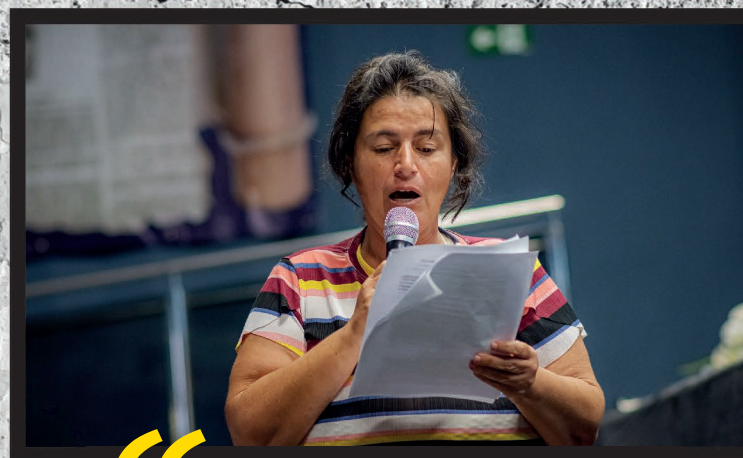
**“** Parece plano armado contra nós; já têm parceiros privados escolhidos enquanto minha família e minha vida ficam sem destino.”  
Alessandra da Silva - ASB



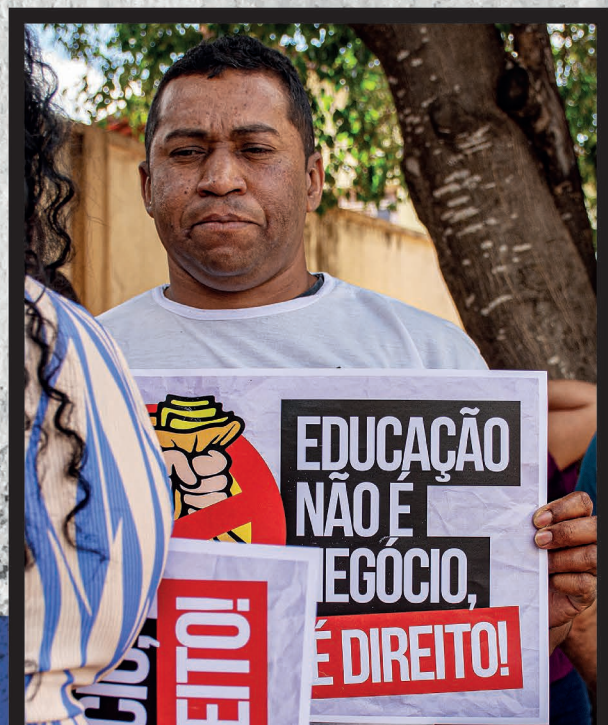
**“** Depois de anos de trabalho, esperava estabilidade no final da carreira. Nosso serviço é essencial, mas o governo nos ignora; prioridade tem de ser o humano, não o capital.”  
Marilene Andrade - ASB



**“** E os salários e a previdência? O IPSEMG já está difícil de acessar; com a privatização, como ficará nossa assistência de saúde?”  
Zenaide Batista - ASB



**“** É inacreditável o que o governo faz com servidores. Querem nos dispensar e tirar direitos como o IPSEMG; pedimos justiça e reconhecimento pelo nosso trabalho.”  
Keila Assis - ASB

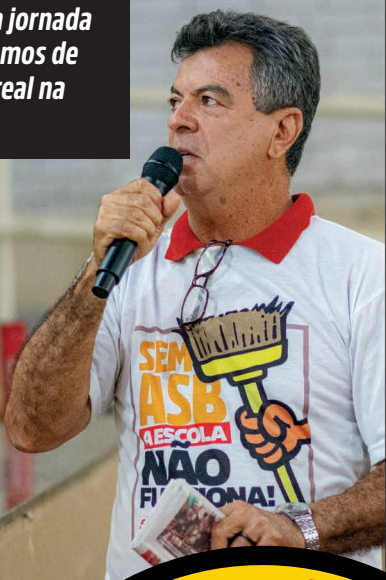


A ofensiva privatizante não só precariza trabalhadores, mas contraria o projeto de educação humanizadora debatido em nossa conferência: a escola que defendemos se estrutura na autonomia, democracia, justiça social e organização coletiva. Entregar serviços essenciais à iniciativa privada é transferir para o mercado a responsabilidade pelo direito à educação, produzindo

exclusão e desigualdade. A defesa imediata do Sind-UTE é clara: retirada das ASBs do pacote de terceirização e paralisação do processo enquanto não houver garantia dos direitos e da manutenção dos vínculos. A luta sindical combina ação jurídica, mobilização nas escolas e comunicação pública para impedir que a gestão da educação seja reduzida a negócio.

“Tenho 35 anos de serviço; quero saber sobre minha previdência, minha jornada e se vou ser descartado; precisamos de concurso que avalie o trabalho real na escola.” Geraldo da Costa - ASB

A privatização amplia desigualdades e produz incerteza: contratos de décadas podem amarrar verbas públicas a empresas privadas, desviando recursos que deveriam fortalecer salários, formação e condições de trabalho. O Sind-UTE denuncia que essa é uma forma de desresponsabilização do Estado, compatível com um projeto neoliberal que reduz o papel público e entrega direitos à lógica do lucro.



“Investem milhões no projeto, mas nada nas ASBs; lutamos por IPSEMG e salário digno; não aceitaremos ser descartadas.” Eliene Alves - ASB



“Queremos respostas claras: como será nossa contratação após a privatização e o que vai acontecer com nossas vidas?” Débora Antunes - ASB



“E as colegas com mais de 40 ou 50 anos que sustentam sua casa? Quem vai amparar essas trabalhadoras se a empresa não as contratar?” Viviane Maciel - ASB

A comunidade escolar já derrotou o SOMAR, a municipalização e a militarização. Agora, vamos barrar a terceirização!

Nesse momento, nossa luta se concentra em garantir os empregos das ASBs e por manter o Estado responsável pelo direito à educação. Sem isso a escola pública perde seu sentido.

- Assine a petição contra a terceirização.
- Converse com colegas, pais e estudantes.
- Compartilhe informações nas redes sociais e grupos da comunidade.

**SindUTE**  
SOMOS TODOS NÓS

QR Code para acessar a PETIÇÃO PÚBLICA

